



As conexões entre o sistema alimentar dominante e a covid-19: desafios à Segurança Alimentar e Nutricional no tempo presente e após

Karina de Paula Carvalho¹

A reflexão feita aqui está envolta numa simbiose de questões sistêmicas que vem, paulatinamente, comprometendo a saúde da sociobiodiversidade. O objetivo deste trabalho foi tecer reflexões sobre as conexões entre o sistema alimentar dominante e a COVID-19. Consoante a isto, se faz um alerta aos desafios que este emprega à Segurança Alimentar e Nutricional, no tempo presente e pós pandemia. O novo coronavírus se dissemina como o vírus da fome em um mundo já faminto, o que tende a aumentar a insegurança alimentar e nutricional da população, como no caso brasileiro. Ficou evidente que este sistema agroindustrial está expondo cada vez mais pessoas a riscos, sobretudo aquelas mais vulneráveis à fome.

Palavras-chave: COVID-19; Sistema alimentar dominante; Segurança Alimentar e Nutricional; Fome.

The connections between the dominant food system and covid-19: challenges to Food and Nutritional Security in the present and after time

The reflection made here is wrapped in a symbiosis of systemic issues that has been gradually compromising the health of socio-biodiversity. The objective was to reflect on the connections between the dominant food system and COVID-19, in line with this, there is an alert to the challenges to Food and Nutrition Security now and after the pandemic. The new coronavirus is spreading like the hunger virus in an already hungry world, which tends to increase food and nutritional insecurity, as in the Brazilian case. It became evident that this agroindustrial system is exposing more and more people to risks, especially those most vulnerable to hunger.

Keywords: COVID-19; Dominant food system; Food and Nutrition Security; Hunger.

Submetido em: 28/09/2020

Aceito em: 12/02/2021

¹ Mestranda no programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território; Universidade Federal De São João del-Rei. *E-mail:* karinadepaula18@hotmail.com; ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5674-1268>. Endereço para Correspondência: Praça Senhor Bom Jesus, nº -121, Chapada do Norte, Minas Gerais, Brasil. *Tel.:* (31) 989247905

INTRODUÇÃO

O comprometimento da biodiversidade e da diversidade cultural tem se intensificado nos últimos duzentos anos. Atualmente, essa tendência geral se expressa, por exemplo, pelo “sistema alimentar dominante”^[1]. Por meio desse sistema, colocam-se em risco as condições de sobrevivência de bilhões de pessoas ao redor do mundo. A rigor, esse sistema coloca em risco toda a população mundial, por causa da péssima qualidade dos alimentos que produz e também da forma como os produz. Isto é, de um lado, compromete a diversidade cultural, dificultando e até mesmo impedindo o acesso à terra e à água, rompendo com laços comunitários, incluindo aqui os laços que as comunidades mantêm com a natureza que os circunda. Por outro lado, produz alimentos que prejudicam a saúde das pessoas e também poluição. As mudanças no clima têm sido apontadas como um dos resultados perversos desse processo.

Ao eclodir uma crise sanitária e humana provocada pela COVID-19, o debate se intensifica e fica cada vez mais evidente a insustentabilidade da forma como se produz alimentos e como se conduz o uso dos recursos comuns. Neste sentido, este trabalho permeia essa temática, buscando tecer reflexões acerca das conexões entre o sistema alimentar dominante e a COVID-19, ao se perguntar: quais os desafios à Segurança Alimentar e Nutricional que essa problemática promove no tempo presente e pós pandemia?

A discussão feita aqui situa-se nas problemáticas que envolvem os processos em curso no tempo da natureza, na fronteira entre os meios antrópico, biótico e físico. Evidenciando como as grandes tendências das mudanças climáticas, das crises epidemiológicas e sanitárias se entrecruzaram com as intervenções antrópicas sobre os meios biótico e físico.

Aqui, pressupõe-se que seja possível averiguar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na fronteira entre o desenvolvimento do sistema alimentar agroindustrial e a problemática que envolve o alimento e a alimentação. É sabido, com base na literatura aqui abordada, que os sistemas alimentares que vigoram atualmente possibilitam diversos condicionantes, como os problemas de saúde humana, animal e ambiental, de forma integrada.

Cumpra aqui dizer que cada vez mais pessoas estão sendo expostas a riscos e ameaças, sobretudo aquelas que são prioridades para a política de SAN. Nos tempos sombrios de pandemia, estas pessoas têm maior dificuldade no acesso aos alimentos, sendo mais suscetíveis à fome, o que piora ainda mais com a alta dos preços dos alimentos.

Espera-se assim jogar luz sobre essas tendências que ocorrem no tempo das sociedades, trazendo para o primeiro plano suas consequências em termos da perda da sociobiodiversidade, dos alimentos e da vida de um modo geral. Essas consequências são avaliadas do ponto de vista dos impactos sobre a saúde (individual, coletiva e ambiental), o abastecimento e o consumo alimentar e também sobre as condições de acesso aos alimentos. À vista de alcançar o objetivo proposto, o trabalho parte de uma revisão de literatura, promovendo uma discussão que tem um cunho mais reflexivo e crítico da realidade do tema tratado.

Em tempos de COVID-19, a reflexão se faz mais relevante no sentido de fazer transparecer a simbiose entre a suscetibilidade que este sistema provoca ao ataque de pragas e, evidentemente, no surgimento de doenças nocivas que acomete humanos, como a história vem mostrando, vide o Ebola, na África Central, a gripe aviária, que se propagou em 1997, e o SARS. De maneira a aproximar para a realidade brasileira, evidencia-se como problemas sociais já preocupantes antes da pandemia se agravam neste cenário de horror global.

A COVID-19 como um agente do sistema alimentar dominante

As grandes tendências contemporâneas, como evidentes no cenário atual de crise sanitária e que desembocou numa crise humanitária, como a vivida no estado do Amazonas, no Brasil, reforça a perspectiva que critica os sistemas agroindustriais. Esta, disserta que a estrutura agrícola-industrial dos sistemas alimentares que surgiram ao seu redor, estão enraizados por conta de uma série de ciclos viciosos. Estes ciclos promovem riscos sistêmicos e interligados. De acordo com o relatório do IPES-Food ^[2], os sistemas alimentares nos dias atuais conseguiram fornecer comida abundante em muitas

partes do mundo, todavia, criou-se um paradoxo, isto é, eles também representam algumas das maiores ameaças à saúde humana, vegetal e ambiental e a prosperidade como um todo.

Nesta crise sanitária em meio a outras crises, como a climática, não se pode ignorar, por evidente, o lugar predominante ocupado pelo monocultivo agrícola. Isto é o que salienta Maluf^[3], sobre a criação animal de grande escala, a intensidade no uso de venenos, como prática criadora e dinamizadora de elementos nocivos aos humanos, sob responsabilidade das grandes corporações agroindustriais e a de alimentos ultraprocessados. Sobre isto, o autor traz como exemplo o grande índice de doenças que já são tidas como problemas pandêmicos de saúde pública, derivados de novos hábitos alimentares e estilos de vida:

Cabem ressalvas de várias ordens à compreensão corrente sobre o conjunto formado pelo agronegócio, grandes agroindústrias e indústria alimentar tido como muito produtivo e eficiente, capaz de produzir volumes enormes para exportação ao mesmo tempo em que mantém cheias as prateleiras dos supermercados. As graves repercussões socio-ambientais do modelo agropecuário, os conflitos sempre frequentes no campo, a despeito da prevalência de dietas monótonas e danosas à saúde humana e o crescimento do sobrepeso e obesidade sobressaem entre as ressalvas mais evidentes^[3].

No momento atual, essa crise sanitária, em conjunto a estes problemas, intensificou os desafios para os campos da alimentação e da cultura pela perspectiva de uma produção agroecológica. Dessa forma, como pensar a SAN nos tempos de COVID-19? Esta é uma questão que está posta em discussão pela literatura desde a declaração de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Ribeiro^[4] atribui três possíveis causas do surgimento dos vírus infecciosos, sendo elas: (1) a criação de animais em confinamento, como porcos, aves e bovinos; (2) desmatamento da vegetação nativa, principalmente com finalidade de criação de pastos e monocultivos; e, (3) o crescimento descontrolado da urbanização e das indústrias que produziram todos os vírus infecciosos das últimas décadas. Estas causas se interseccionam de maneira simultânea e complementar, fazendo emergir graves riscos à vida humana, como é o caso da gripe suína, que segundo a autora, seus agravos se converteram em uma epidemia/pandemia, e isto é semelhante a outras doenças zoonóticas.

Para a autora, as três causas representam a agente do desmatamento e da destruição de habitats naturais em todo o mundo. Elas também implicam na expulsão das comunidades indígenas e camponesas de suas áreas, pelo avanço da agroindústria. Como mostra a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), e como evidencia a autora, em todo o mundo, a expansão da fronteira agropecuária é responsável por 70% do desmatamento, no Brasil, os dados indicam que esta expansão é responsável por 80% do desmatamento.

Rob Wallace^[5], em seu recente livro: “*Big Farms Make Flu: Dispatches on Influenza, Agribusiness and the Nature of Science*” de 2016, com versão atualizada na pandemia da COVID-19, estabelece uma hipótese de que as recentes pandemias virais são causadas pelo agronegócio, desde as pandemias caudadas pelas variantes do vírus influenza. Segundo o autor, “o florescimento de uma variedade de novos subtipos de *influenza* capaz de infectar humanos aparece como resultado de uma globalização do modelo industrial de produção concomitante de frangos e porcos”^[5]. Este livro aponta que o agronegócio é o combustível para a evolução da virulência. A COVID-19, além de um agente infeccioso ou em seu curso clínico, também se encontra no campo das relações ecossistêmicas que o capital e outras causas estruturais impediram para sua própria vantagem.

É o que Altieri & Nicholls^[6] discutem no ‘*Observatório Social Del Coronavírus*’, esta é uma reflexão para pensar a Agroecologia nos tempos da COVID-19, e, acima de tudo considerá-la em um novo sistema alimentar. Em suma, os autores apontam

que este modelo de cultura de uma espécie só, marcado pela ausência da diversidade que associadas às práticas normalmente degradadoras do ambiente natural, reflete no campo uma alta vulnerabilidade da espécie cultivada, e, reflete também numa maior suscetibilidade ao ataque de pragas e, evidentemente, de doenças. Por sua vez, toma-se por justificativa para aplicação de pesticidas e venenos. Este sistema vem contaminando gradativamente o ambiente, os animais, os alimentos e as pessoas.

A *EAT-Lancet Commission*^[7] alertou sobre os impactos dessas práticas de cultivo e consumo alimentar sobre a saúde na terra. Este alerta vem da perspectiva que estabelece *nexos* entre alimento e saúde, que propõe uma agenda integrada para a alimentação pelo Antropoceno. Este, de modo geral, é posto como um novo período geológico, que é caracterizada pela humanidade sendo a força dominante da mudança no planeta. Este reconhece que os alimentos formam um elo inextricável entre a saúde humana e a sustentabilidade ambiental. Sendo assim, a *EAT-Lancet Commission*^[7], sugere que o sistema alimentar global deve operar dentro dos limites da saúde humana e da produção de alimentos para garantir dietas saudáveis a partir de sistemas alimentares sustentáveis para quase 10 bilhões de pessoas, até 2050.

Segundo a *EAT-Lancet Commission*^[7] “a comida é a alavanca mais forte para otimizar a saúde humana e a sustentabilidade ambiental na Terra”. A comida está a ponto de colocar o planeta em colapso porque o sistema alimentar hegemônico (o sistema alimentar agroindustrial) é insustentável. Há uma grande produção alimentar, mas, ainda são recorrentes a fome e a desnutrição. Segundo o relatório, 820 milhões de pessoas ainda não têm comida suficiente (quantidade de energia) e em qualidade nutritiva.

A ameaça é de que a produção global de alimentos intimida a estabilidade climática e a resiliência dos ecossistemas e já é considerada a maior degradadora ambiental e da transgressão dos limites planetários. Ainda com base na *EAT-Lancet Commission*^[7] “[...] é urgentemente necessária uma transformação radical do sistema alimentar global. Sem ação, o mundo corre o risco de não cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e o Acordo de Paris”. Anteriormente, em

2017, o *IPEF-Food*^[2] lançou, juntamente com a “Formação de uma Aliança Global para o futuro da Alimentação”, um compilado de estratégias e ações necessárias para solucionar essa problemática.

Rumo à uma “grande transformação”, o caminho traçado vem sendo construindo em prol de promover uma agenda para sistemas alimentares e agrícolas mais sustentáveis em todo o mundo, como trouxe o *IPEF-Food*^[2]. As metas propostas por estas comissões formam uma alavanca, que, na atual conjuntura de pandemia permite auxiliar a responder algumas perguntas que surgem na ordem do dia, quais sejam: Como jogar luz às evidências que conectam o alimento e saúde? Como integrar coletivamente entendimentos amplos, multissetoriais e de longo prazo que previnam e mitiguem a exposição humana e animal a riscos?

Isto requer uma leitura especializada no assunto, com base em cada especificidade (local, territorial, de grupos humanos e suas interações), que possibilite a criação de bases metodológicas, em termos de justiça alimentar, “transição justa”, alimentos e alimentação saudável, e cuidados com grupos sociais específicas, como populações vulneráveis à fome.

A *The Lancet*^[8], lançou em 2019 o relatório: *A Sindemia Global da Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas*, este faz um alerta: é preciso abordar e enfrentar a crise do coronavírus como parte de uma “sindemia” que traz consigo outras doenças crônicas não transmissíveis. De acordo com o relatório, devemos enfrentar o fato de que estamos adotando uma abordagem muito restrita para o manejo desse surto de um novo coronavírus. O fato é que essas condições estão se agrupando em grupos sociais de acordo com padrões de desigualdade profundamente enraizados em nossas sociedades.

A agregação dessas doenças em um contexto de disparidade social e econômica exacerba os efeitos adversos de cada doença separada. Dessa forma a COVID-19 não é uma pandemia e sim uma sindemia. Conforme o *The Lancet*^[8] uma sindemia não é apenas uma comorbidade. As sindemias são caracterizadas por interações biológicas e sociais, interações que aumentam a probabilidade de piorar na saúde das pessoas^[8].

Neste sentido, o conceito de “Síndemia Global” empregado nesta discussão - conjunto de três pandemias: obesidade, desnutrição e mudanças climáticas - vem dizer que há uma conexão entre três problemas de caráter mundial, antes vistos como questões separadas. Embora pareça um devaneio associar a obesidade e a desnutrição às mudanças climáticas - que geralmente são entendidas como patologias contraditórias, e, no caso das mudanças climáticas, entendida como fenômeno independente destes outros - para a *The Lancet*^[8], eles encontram uma raiz comum, que tem base nos sistemas alimentares vigentes no mundo atualmente.

O relatório chama a atenção para a urgência de enfrentar um dos principais desafios da atualidade, que é reverter os efeitos das mudanças climáticas que está a ponto de não ter mais volta. “As pandemias da obesidade e da desnutrição” em conjunto, formam a ameaça latente à segurança alimentar mundial. Segundo o *The Lancet*^[8] “combinadas, as complexas interações dessas crises geram uma Síndemia Global, o que nos impõe a necessidade urgente de reformulação de nossos sistemas de alimentação, agropecuária, transporte, desenho urbano e uso do solo”.

A *The Lancet*^[8] chama a atenção para países como o Brasil, que, apesar de ser o 5º maior produtor de alimentos do mundo, ainda há milhões de brasileiros passando fome e o índice de obesidade chegou a atingir 19,8% em 2018. No Brasil e no Uruguai, a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa é a agropecuária, que foi responsável por mais de 70% das emissões em 2017, os dois já têm mais gado bovino do que pessoas em seus territórios.

Para Maluf & Luz^[9], essas são questões ainda em aberto, não equacionadas, como no caso brasileiro, que, embora se afirme que o sistema alimentar nacional seja produtivo e eficiente, está longe de ser equânime e sustentável. Como aponta os autores, ainda que o Brasil tenha deixado de compor o Mapa Mundial da Fome em 2014, e que tenha melhorado seus indicadores de pobreza, resultado de um conjunto de políticas públicas, “a insegurança alimentar e nutricional persiste num percentual significativo de domicílios brasileiros com manifestações diversas”^[9].

Como aponta a literatura, a SAN tem como exigência a realização de ações continuadas e de constante regulação pública, o que permite promover o acesso a alimentos adequados e saudáveis para além da dimensão biológica, mas nas dimensões sociocultural, ambiental, nutricional e sanitária, o que passa pela definição do direito de produção em respeito a cada um destes aspectos e em cada uma de suas especificidades.

Neste sentido, estas questões devem ser pensadas também no âmbito do campesinato, na produção de alimentos de pequeno e médio porte, de pessoas que estão em contato direto com estas culturas, referindo aqui aos trabalhadores rurais, que estão em contato direto com estes venenos e também aqueles que consomem estes alimentos, internalizando seus resíduos. Nessa associação aqui estabelecida - COVID-19 e sistema alimentar agroindustrial - as pragas não são o problema central, mas sim, o modelo produtivo adotado que opta pelo desequilíbrio ambiental, pela insustentabilidade e pelo consequente envenenamento de maneira geral, ao invés de minimizar seus impactos da produção sobre a natureza, sobre a saúde e sobre a segurança alimentar, como por exemplo a disponibilização de produtos sem veneno. As pragas são tão e somente uma resposta desse sistema organizativamente doente e ambientalmente fragilizado.

Como nunca antes na história, a pandemia de COVID-19, mais que as outras, veio nos revelar a essência sistêmica do nosso mundo para recordar que a saúde humana, animal, de toda a sociobiodiversidade estão estreitamente vinculadas e ligadas, como vasos comunicantes. Sem sombra de dúvida, essa crise sanitária é um chamado para a humanidade repensar este modelo de desenvolvimento vigente e questionar a forma que relacionamos com a natureza, e isto deve ser discutido no âmbito global, como trazem estes relatórios do *IPEF-Food* e da *EAT-Lancet*^[2,7].

Para Altieri & Nicholls^[6], boa parte dos problemas globais atuais, tais como escassez de energia e de água, degradação ambiental, mudança no clima, desigualdade econômica, insegurança alimentar dentre outros, são interconectados e manifestam simbioticamente de maneira interdependentes. Por isso, seus efeitos se estendem

por todo o sistema, dessa forma, quando um problema se agrava ele reflete e aguçã em outros.

O novo coronavírus, similarmente com essa relação estabelecida com as pragas do cultivo não é o motor, nem a causa ou o cerne da crise, ele mais se aproxima de ser uma consequência ou um agente nesta crise sanitária pública e humana. Assim, o sistema alimentar associado à economia de princípios capitalista, ambos hegemônicos, estão sendo questionados, como por exemplo a perspectiva de produção alimentar agroecológica, em respeito à diversidade cultural, das tradições dos povos originários e remanescentes quilombolas, da economia popular e solidária. Esta perspectiva adota outras formas de se relacionar economicamente^[10].

Silva e Lopes^[11] ressaltam que, menos do que o elemento da natureza que rompe sobre a sociedade humana, tais pandemias decorrem desses entrelaçamentos entre humanos e não humanos ocasionados pela atividade antrópica. Então, o modelo de produção vigente, e o modo de vida provocado por este, se apresenta como determinantes. Neste sentido, o novo coronavírus é uma resposta a este sistema.

Essa problemática demanda discussões e alternativas, porque ao adotar medidas de enfrentamento desta crise e para se resguardar contra novos riscos mortais, é preciso pensar em como criar meios estratégicos que caminhem para uma mudança “drástica” nos modelos de produção e nos modos de vida. Isto porque a natureza tem mandado vários outros emissários para sinalizar os equívocos cometidos, sistematicamente, pelo ser antrópico ao interagir com o ambiente.

A história humana vem mostrando que este não é o primeiro, e, certamente pode não ser o último. Esta perspectiva não tem nada que ver com a visão apocalíptica do mundo, mas, vem dizer que estes eventos devem ser analisados de forma bem precisa para que não cause outro caos à saúde pública e à economia. A discussão requer análise bem mais aprofundada, não basta saber onde o vírus surgiu, mas sim se perguntar: o que havia antes de seu surgimento? Por que ele surgiu? Tratá-lo não como cerne, mas como consequência de algo que não se percebia.

Consoante a isto, além de questionar como os alimentos são distribuídos, se perguntar quem comanda estes processos de produção e distribuição de alimentos, qual o papel que estão desempenhando o agronegócio e a agricultura familiar no tempo de pandemia. Como fica o acesso a alimentos por parte da população que está desassistida de diversas políticas, vide um governo que já iniciou desconstruindo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), e a política de SAN, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que estão sucateados.

Decerto, como afirmou Davis^[12], “a crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo”, não somente ele, mas também outros “exterminadores” como o Ebola na África Central, a gripe aviária, e pela SARS. Os estudiosos vêm dizendo que a sociedade está diante de um “caos sistêmico iminente” capaz de levar a um colapso completo na organização do sistema^[13,14,15].

A Segurança Alimentar e Nutricional antes e depois da COVID-19

Quanto ao isso, vale reproduzir uma das principais preocupações que estão na base do enfoque da SAN que é a garantia no que diz respeito ao direito de os povos definirem suas estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos. De acordo com Maluf & Luz^[9], essa garantia está comprometida pelos conflitos que advém da interação entre os diferentes sistemas alimentares. Esta concepção faz referência ao conjunto diverso e complexo de atividades que comprometem toda cadeia que envolvem os sistemas, bem como o acesso aos alimentos, nos quais estão envolvidos diferentes atores sociais, seja povos e comunidades, agentes econômicos privados e órgãos de Estado.

Existem muitos dados disponíveis em todo o mundo, que atestam a existência de problema de saúde pública, caracterizado pelo número de pessoas ao redor do globo, desnutridas, ou com deficiência de micronutrientes, em privação de alimentos, com sobrepeso ou obesidade. Os dados estão amplamente disponíveis na internet, como em Brasil^[16], IBGE^[17], Maluf & Segall^[18], FAO^[19], dentre outras plataformas e autores, passíveis de estudos e reflexões.

Neste sentido, é preciso compreender os impactos à saúde humana no contexto do sistema alimentar dominante. Os sistemas alimentares de hoje conseguem produzir em maior escala e em muitas partes do mundo. Paradoxalmente, eles também representam algumas das maiores ameaças à saúde e prosperidade contínuas^[20].

Como apontam Silva & Tavares^[21], os sistemas alimentares também estão falhando com os próprios produtores de alimentos. Muitos pequenos agricultores lutam para emergir acima do nível de subsistência, muitas vezes sem acesso ao crédito, insumos externos, suporte técnico e mercados ou diante das incertezas de preços voláteis.

Na contra-hegemonia, têm-se aqueles que tentam “quebrar as correntes” e denunciam práticas insustentáveis e criam estratégias e ações como alternativas viáveis para a vida como um todo, e, além da preservação de hábitos culturais e da diversidade, estes trazem como *slogan* a ideia de que a especialização produtiva não converge à diversidade. Os atores deste processo podem ser representados pelos movimentos sociais, movimento pela terra, agricultores familiares, ambientalistas, povos tradicionais, acadêmicos, dentre outros^[10].

Esta perspectiva está ligada a conceitos basilares e que se referem desde o processo de produção do alimento e da dificuldade no acesso de todos e todas a estes alimentos, de qualidade, nos termos de nutrição humana. Dizem respeito a direitos à alimentação, que, no enfoque brasileiro são: a SAN e os seus princípios-chaves, Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA e Soberania Alimentar.

Neste patamar da pandemia, já está disponível uma considerável discussão científica sobre a COVID-19 e sobre o acesso e consumo da questão alimentar, mais precisamente. São levantamentos, estudos e debates que vão desde a preocupação no seu acesso, nas mudanças de hábitos alimentares até as já perceptíveis transformações nos processos de comercialização e no consumo de alimentos após o início da pandemia. Está sendo evidenciado que há indivíduos e famílias que vivenciam a redução do consumo de alimentos saudáveis e aumento de alimentos não saudáveis. E

também há indivíduos em situação de vulnerabilidade à fome, da dificuldade no acesso aos alimentos e que estão sofrendo com o aumento dos preços de alimentos, que se localizam na base na dieta popular, como arroz, feijão, leite e o óleo de soja, como traz o Dieese^[22].

Maluf & Luz^[9] enfatizam que a insegurança alimentar e nutricional persiste num percentual significativo de domicílios brasileiros, e apresenta manifestações diversas. Como discute Maluf^[23] “Sobre o Dia Mundial da Alimentação”, uma reflexão que o autor faz para prestigiar esta data e também para alertar para a realidade brasileira. O autor discute que, no Brasil, em 2017 e 2018, “a insegurança alimentar grave voltou a crescer chegando a atingir 4,6% das famílias”. Este percentual demonstra que, “está muito próximo do patamar de 5% que recoloca o país no Mapa da Fome”. Como adverte o autor, esses dados ainda não capturaram os efeitos da pandemia, mas, sabe-se que esta agravou a condição da maioria da população afetada pelo aprofundamento da recessão, aumento do desemprego, e o agravamento da precarização do trabalho e perda ou insuficiência de renda.

A insegurança alimentar demonstrada por um índice, não vem tratar somente de carências nutricionais, apesar de já indicarem uma situação grave, mas, também, sobre como grupos sociais enfrentam problemas decorrentes da ingestão de alimentos não saudáveis, pobres em nutrientes, ocasionando problemas à saúde, tais como sobrepeso, obesidade e hipertensão. Assim, é plausível dizer que os dados da insegurança alimentar refletem os efeitos da tendência do “sistema alimentar dominante” em promover a homogeneização dos processos produtivos e de consumo. Neste processo os alimentos perdem em diversidade nutricional além de universalizarem a cultura alimentar.

De acordo com Maluf^[23], já se esperava que a comida, tanto no que diz respeito à sua disponibilidade e no seu acesso, “viesses a ocupar o centro das preocupações e urgências no contexto de pandemia pelo qual estamos passando”. Os dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos^[22], vem mostrar o que Maluf & Speranza^[24] discutem. Para os autores, os preços dos alimentos ocupam lugar central para a SAN.

Isto veio se intensificando e moldando as relações de mercado alimentar na medida que o sistema alimentar global veio assumindo desde 2006 e 2007 a volatilidade marcada por picos de alta dos preços internacionais das *commodities* alimentares, e isso se tornou algo particular e característico aos mercados agrícolas^[24].

Para os autores, o comportamento volátil, com picos de alta dos preços das *commodities* alimentares, está para além de fatores conjunturais, como desajustes de curto prazo entre oferta e demanda. Ele é resultado de fatores de natureza sistêmica, que resultam da conformação de um sistema alimentar mundial em que se constata as elevadas demandas por monoculturas destinadas à alimentação animal e de combustíveis, como o milho e a soja; aumento do barril de petróleo impactando nos custos de transporte da produção agrícola; efeitos da sazonalidade da agricultura pela mudança no clima global, como secas prolongadas e enchentes, e problemas fitossanitários (ressurgimento de pragas agrícolas).

Quanto às questões sociais, já problemáticas, elas se reforçam e exacerbam, ocasionando diversos agravos à vida, como aponta Maluf^[25]. Como as desigualdades sociais, elas se intensificam com a elevação dos preços. Igualmente grave, esse quadro amplia a parcela já significativa da população sem meios para adquirir alimentos ou ter acesso a um prato diário de comida^[3].

O fato é que o sistema alimentar vigente, antes da pandemia já vinha se mostrando incapaz de preservar e garantir a vida, nesta pandemia ele evidencia que seus interesses não tem nada que ver com a redução da fome, e com a saúde da biodiversidade. Como trouxe Maluf^[25] sobre “os tempos sombrios de pandemia”, está colocado aos pesquisadores a responsabilidade de promoverem debates para além da fronteira nacional a respeito dos temas da SAN e do DHA. Isto porque muitos destes fenômenos são internacionais. Permitindo assim jogar luz sobre as inumanidades, e este é um modo de inserir um pouco de humanidade no âmbito público, da forma como o Brasil está inserido nestes processos e como conduz sua política agroexportadora.

O vírus da fome em um mundo já faminto

A ponto de encaminhar esta discussão para seu fim, este tópico discute como a iminência da COVID-19 tomou o mundo que estava faminto de muitas coisas. Pessoas em diferentes partes do mundo já viviam problemas sanitários e ambientais antes da pandemia do novo coronavírus. A reflexão feita aqui veio jogar luz a problemas levantadas não somente em um contexto de pandemia, mas em um contexto somado a várias outras questões.

O fato é que o coronavírus já é reconhecido como o vírus da fome. Como traz o relatório da Oxfam Brasil^[26], evidenciando a realidade de muitas famílias e como a pandemia está potencializando a fome em um mundo já faminto. A fome que ascendia antes da pandemia, agora cresce sem precedentes. O vírus veio intensificar as desigualdades e a crescente crise climática. Veio como um agente nesta crise sanitária pública e humana evidenciar um sistema alimentar global que vem deixando um contingente adicional de milhões de pessoas à beira da fome.

Para estas famílias, a necessidade de prover refeições em casa para os filhos, em um contexto de suspensão das atividades econômicas representa uma ameaça à segurança alimentar de todo grupo familiar. Esta é a realidade das famílias brasileiras, dos trabalhadores pobres e precarizados, como também é realidade das famílias rurais. São famílias que perderam sua renda por conta do isolamento, como vendedores ambulantes, diaristas, agricultores familiares entre tantos que estão na informalidade.

Neste sentido, a população pobre está vulnerável e sujeita a todo e qualquer risco social, sofrendo efeitos diversos. Se já vinham sofrendo pela falta de acesso a renda, a problemática fica ainda maior. Neste cenário de horror que o mundo vem vivendo, toda a população mundial está vulnerável, no entanto, aqueles acometidos pelo fosso de desigualdades sociais ficaram mais vulneráveis ainda.

Consoante a isto, a população em situação de rua (PSR) cresce nos centros urbanos. No Brasil, este contingente cresce e fica mais exposta à COVID-19, como traz o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA ^[27]. Este registrou em março de 2020, quase 222 mil brasileiros vivendo nas

ruas. Levantamentos anteriores já mostravam a gravidade da situação, no cenário atual e futuro, essa população requer melhor atenção e o compromisso por parte das instituições em diferentes escalas, incluindo os espaços nacionais, subnacionais e supranacionais.

No que tange a insegurança alimentar dessa população, se os dados das pessoas em situação de residência já vinham crescendo, este se agrava sobre aqueles no território da rua, onde o habitar se faz em logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, como traz a Política Nacional para População em Situação de Rua – PNPSR (Brasil [28]). Neste caso, como seguir medidas sanitárias? Como manter a higiene pessoal e os cuidados para não se contaminar? Como fica seu acesso aos alimentos? Como se garante a segurança alimentar e nutricional deste contingente?

A respeito disso, Oliveira & Alcântara [29] evidenciam inúmeras violações ao DHAA, à SAN e à Soberania Alimentar da PSR durante a pandemia, como: a carência de escolha do que comer e onde comer; condições inadequadas de higiene; (in)disponibilidade diária do alimento; ausência ou escassez de renda para aquisição do alimento e o comprometimento de outras necessidades essenciais; formas inadequadas de preparo; desconhecimento e/ou medo da procedência do alimento e das doações. Neste sentido, são vários os agravos à vida das pessoas no tempo presente em cada grupo de pessoas a COVID-19 vêm provocando danos nocivos.

CONCLUSÃO

Para finalizar, a associação que aqui se pretendeu fazer entre o surgimento do novo coronavírus e o sistema alimentar dominante quis mostrar que o problema abrange dimensões estruturadas na organização econômica das sociedades. Pelo enfoque da SAN, é possível mais do que nunca, evidenciar as conexões entre a pandemia da COVID-19 em meio a outras pandemias, e alertar para os desafios na sua promoção hoje mais do que nunca.

Por isso, é preciso ter em mente que ao estabelecer relações sobre estes fatores, joga-se luz à problemas que não surgiram somente por conta da pandemia, mas estão somados a várias outras questões. São fenômenos sistêmicos que vira e mexe vem à tona em forma de catástrofes. Sendo assim, ficam todas em aberto, em um cenário atual e pós pandemia.

Este trabalho buscou apontar e refletir sobre estes problemas, e os processos em curso. Estes processos trazem um caráter de urgência para pensar no tempo da natureza, na fronteira entre o que é antrópico, biótico e físico. Essas grandes tendências, dada a interação desses meios nos diferentes sistemas alimentares e suas estruturas de dominação, correm no tempo das sociedades, trazendo para o primeiro plano, suas consequências em termos de desmatamento, perda da sociobiodiversidade, da qualidade da água, dos alimentos, e da qualidade de vida de um modo geral.

No que diz respeito à saúde (individual, coletiva e ambiental), esta é afetada por diferentes fatores correlatos, comprometem o abastecimento e consumo alimentar e também sobre as condições de acesso aos alimentos, e, por consequência, a segurança alimentar e nutricional das pessoas. A literatura aqui utilizada aponta algumas medidas que são urgentes, a exemplo de um novo modelo de produção sustentável e dietas mais saudáveis. O enfoque brasileiro da SAN é um componente estratégico que confere conteúdo para tratar dessas questões, pois seu caráter intersetorial e multidimensional se junta a necessidade urgente da reconstrução de medidas em torno de propostas e ações para a transformação social e o compromisso com a resiliência dos ecossistemas e das populações vulneráveis.

REFERÊNCIAS

- [1] Shiva V. (2018). Vandana Shiva convida Brasil para Congresso de Biodiversidade na Índia em outubro de 2018. [arquivo em vídeo] 2018 [citado em 2018 junho 20]. Disponível <https://www.youtube.com/watch?v=Y7kOtUDRT0E>.
- [2] IPES-Food. 2017. Unravelling the Food–Health Nexus: Addressing practices, political economy, and power relations to build healthier food systems. The Global Alliance for the Future of Food and IPES-Food. October 2017 © IPES-

- Food. [periódico eletrônico] 2020 [citado 2020 setembro]. Disponível [http://www.ipes-food.org/_img/upload/files/Health_FullReport\(1\).pdf](http://www.ipes-food.org/_img/upload/files/Health_FullReport(1).pdf)
- [3] Maluf, R. S. Comer em tempos de pandemia e após. 2020. [periódico eletrônico] 2021 [citado em 2021 janeiro 27]. Disponível <http://www.ceresan.net.br/wp-content/uploads/2020/04/MalufR-Comer-em-tempos-de-pandemia-e-ap%C3%B3s.pdf>.
- [4] Ribeiro, S. Os latifundiários da pandemia. Brasil de Fato. 01 abr. 2020b. [periódico eletrônico] 2020 [citado em 2020 abril 25]. Disponível <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/01/artigo-os-latifundiarios-da-pandemia-por-silvia-ribeiro>
- [5] Wallace, R. Big farms make big flu: Dispatches on infectious disease, agribusiness, and the nature of Science. New York: Monthly Review Press, 2016. Edição Kindle.
- [6] Altieri, M. A. NICHOLLS, C.I. A Agroecologia nos tempos do COVID-19. Pensar La Pandemia, Observatório Social Del Coronavirus [periódico eletrônico] 2020 [citado em 2020 setembro 20]. Disponível <https://www.clacso.org/a-agroecologia-nos-tempos-do-covid-19/>
- [7] EAT-Lancet Commission. Dietas Saudáveis A Partir De Sistemas Alimentares Sustentáveis: Alimento, planeta e saúde. Relatório Sumário. This report was prepared by EAT and is an adapted summary of the Commission Food in The Anthropocene: the EAT-Lancet Commission on Healthy Diets From Sustainable Food Systems. [periódico eletrônico] 2020 [citado em setembro de 2020]. Disponível https://eatforum.org/content/uploads/2019/04/EATLancet_Commission_Summary_Report_Portugese.pdf
- [8] The Lancet Commission. A sindemia global da obesidade, desnutrição e mudanças climáticas. Relatório da Comissão The Lancet, jan.2019. [periódico eletrônico] 2021 [citado em 2021 janeiro 18]. Disponível <https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Relat%C3%B3rio-Completo-The-Lancet.pdf>.
- [9] Maluf, R. S. LUZ, L. F. Sistemas alimentares descentralizados: um enfoque de abastecimento na perspectiva da soberania e segurança alimentar e nutricional. In Renato Maluf e Georges Flexor (Orgs). Questões Agrárias, Agrícolas e Rurais: Conjunturas e políticas públicas. Rio de Janeiro, E-papers Serviços Editoriais Ltda., 2017.
- [10] Reis, M. C. Reflecting on Counter-Hegemonic Strategies of Food and Nutritional Security: Notes on the Brazilian Case. In: Alessandro Bonanno; Steven A. Wolf. (Orgs.). Resistance to the Neoliberal Agri-food Regime: A Critical Analysis. 1ed. New York: Routledge, 2018, v. 01, p. 95-105
- [11] Silva, A.F. Cândido S. Lopes, G. A pandemia de coronavírus e o Antropoceno. FIOCRUZ. [periódico eletrônico] 2020 [citado em 2020 agosto 30]. Disponível <http://www.revistahesm.coc.fiocruz.br/a-pandemia-de-coronavirus-e-o-antropoceno/>
- [12] Davis, M. “A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo”. In: DAVIS, M. et.al. (orgs.). Coronavírus e a luta de classes. Brasil: Terra sem Amos: Brasil, 2020. 48p.
- [13] Santos, B. S. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Editora Almedina, 2020.
- [14] Harvey, D. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- [15] Mészáros, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.
- [16] Brasil\Ministério da Cidadania. Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional (Mapa InSAN); março 2017. [periódico eletrônico] 2020 [citado em 2020 setembro 20]. Disponível <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagimmps/portal-san/artigo.php?link=15#:~:text=O%20Mapeamento%20da%20Inseguran%C3%A7a%20Alimentar,a%20partir%20de%20dados%20do>
- [17] Ibge. Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos. Agência IBGE notícias. 2019 Nov 06:1. [periódico eletrônico] 2020 [citado em setembro de 2020]. Disponível <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>
- [18] Maluf, R. S. Segall, A. Emergência da fome em tempos de crise: o que mostram os dados EBIA 2017-2018 [Internet]. Brasil; 2020 Sep 17. Rede Brasileira de Pesquisa em SSAN Rede PENSSAN; [periódico eletrônico] 2020 [citado em 2020 setembro 17]. Disponível https://www.youtube.com/watch?v=dcwad3M5IjY&ab_channel=RedeBrasileiradePesquisaemSSANRedePENSSAN
- [19] Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Coordenação: Alan Jorge Bojanic. Superação da fome e a pobreza rural: iniciativas brasileiras, Capítulo 1 e 2. Brasília, 2016.
- [20] Carvalho, K. P. Reis, M. C. Segurança alimentar e nutricional e mudanças no clima: o contexto internacional e o paradoxo brasileiro. In: Anais do 58º Congresso da

Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 26 a 28 de outubro de 2020, Foz do Iguaçu-PR: Cooperativismo, inovação e sustentabilidade para o desenvolvimento rural. In: Anais. Foz do Iguaçu (PR) UNIOESTE, 2020. [periódico eletrônico] 2020 [citado em 2020 fevereiro]. Disponível <https://www.even3.com.br/anais/sober2020/248761-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-mudancas-no-clima--o-contexto-internacional-e-o-paradoxo-brasileiro/>

[21] Silva, J. G. Tavares, L. Segurança alimentar e a alta dos preços dos alimentos: oportunidades e desafios, Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 15(1): 62-75, 2008. [periódico eletrônico] 2019 [citado em 2019 março 10]. Disponível <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1825/187>

[22] Dieese. Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos, agosto de 2020. Brasil, [relatório eletrônico] 2020 [citado em 20 de setembro de 2020]. Disponível <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2020/202008cestabasica.pdf>

[23] Maluf, R. S. Sobre o Dia Mundial da Alimentação: insegurança alimentar e fome no mundo e no Brasil. [periódico eletrônico] 2021 [citado em 27 de janeiro de 2021]. Disponível <https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2020/10/MalufR-Sobre-o-Dia-Mundial-da-Alimenta%ca7%ca3%a3o.pdf>

[24] Maluf, R. S. Speranza, J. S. Preços dos alimentos, modelos de agricultura e abastecimento alimentar no Brasil: os casos da soja e do feijão. Rio de Janeiro (RJ). [periódico eletrônico] 2020 [citado 2020 setembro 10]. Disponível

[http://r1.ufrj.br/ceresan/wpcontent/uploads/2016/docs/CERESANRelatTecnico7EstudoprecosAAid\(2\).pdf](http://r1.ufrj.br/ceresan/wpcontent/uploads/2016/docs/CERESANRelatTecnico7EstudoprecosAAid(2).pdf)

[25] Maluf RS. Tempos sombrios de pandemia e fome: responsabilidades da pesquisa em soberania e segurança alimentar e nutricional. *Segur. Aliment. Nutr.* [Internet]. 10º de junho de 2020 [citado 9º de fevereiro de 2021];27:e020020. Disponível <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8659993>

[26] Oxfam Brasil. O vírus da fome: como o coronavírus está aumentando a fome em um mundo faminto. Comunicado de imprensa Oxfam Brasil, 8 julho 2020. [periódico eletrônico] 2020 [citado em 2020 setembro de 20]. Disponível em <https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2020/07/O-Virus-da-Fome-FINAL.pdf>

[27] Ipea. População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19. Brasil, 2020. [periódico eletrônico] 2020 [citado em 2020 setembro 20]. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811.

[28] Brasil/Presidência da República (2009): Decreto de Lei nº 7.053 de 23/12/2009 Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

[29] Oliveira, M. A. Alcântara, L. B. Direito à alimentação da população em situação de rua e a pandemia da Covid-19. In: Alimentação, Abastecimento e Crise. Revista Ser Social do Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social Universidade de Brasília, Brasília, v. 23, n. 48, janeiro a junho de 2021.